

BULLYING E SOFRIMENTO NA ESCOLA: PERSPECTIVA DA MÍDIA SOBRE SEU IMPACTO NA EDUCAÇÃO FAMILIAR

Victor Augusto da Silva

Sofri *bullying* na escola quando fui para a segunda fase do ensino fundamental, pois era obeso e tinha bastante dificuldade para me comunicar. Diante disso, acabei sendo motivo de chacotas dos mais variados tipos, chegando até a agressão física. Uma vez, revidei e parti para o uso da força. No entanto, pelo fato de ter crescido em um lar cristão onde recebi uma boa educação, de imediato me arrependi. Passei, então, a questionar o tipo de educação que os que praticam *bullying* recebiam em casa para agirem dessa forma. Este tema foi, portanto, escolhido por razões pessoais e pelo fato de se referir a um assunto muito presente em nossa sociedade. Na escola Tasso da Silveira, em Realengo, no dia sete de abril de dois mil e onze, um incidente de *bullying* culminou na morte de doze estudantes inocentes e gerou muitos questionamentos entre educadores, pais, psicólogos e dentro da própria sociedade,

que sentiu os efeitos desse fenômeno que, sob nosso olhar, é desumano.

Pelo fato de ser a escola o principal local de convivência de jovens e crianças das mais variadas raças, crenças e culturas, é nela que o *bullying* se torna patente e, conseqüentemente, a busca da solução para o problema tem sido em torno dela, mas sem respostas muito significativas. Pergunta-se, portanto, se não seria o momento de mudarmos o foco e avaliarmos o excesso de responsabilidade colocado sobre a escola uma vez que os primeiros valores éticos e morais deveriam ser formados dentro de um ambiente familiar no qual a criança fosse preparada para conviver com as diferenças?

Partindo do pressuposto de que o que vem sendo discutido largamente nos meios de comunicação por educadores, pais, psicólogos, entre outros, não tem dado conta de alcançar a problemática do *bullying*, uma vez que os meios de comunicação continuam a divulgar, com certa frequência, casos de agressões ligados ao *bullying*, postula-se que a

ênfase atribuída apenas ao ambiente escolar parece restrita demais para abranger o problema e que a abordagem dessa questão no âmbito da família pode contribuir para que se alcancem resultados com vistas a mudanças positivas no comportamento de quem pratica ou permite o *bullying*.

O objetivo geral deste capítulo é analisar, a partir dos relatos da mídia e da literatura sobre o *bullying*, experiências capazes de contribuir para que a educação familiar amenize os impactos negativos do *bullying*. Seus objetivos específicos são discutir o papel da família na educação dos filhos com respeito à diferença; identificar os preconceitos comuns que geram o *bullying*; apontar alternativas na educação familiar para se fazer frente ao impacto do *bullying*.

O *bullying* tem impactado nossa sociedade. É isso o que revelou uma pesquisa levada a cabo pela ABRAPIA, Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e a Adolescência. Essa organização se dedica a estudar, pesquisar e prevenir o *bullying* desde 2001, tendo a partir de 2003 implantado um programa de redução do comportamento agressivo entre estudantes, em escolas do Rio. A ABRAPIA realizou uma pesquisa no período de novembro e dezembro de 2002 e março de 2003, através de questionários distribuídos a alunos de 5ª a 8ª série, de 11 escolas, sendo nove públicas e duas particulares. Segundo essa pesquisa, dos 5.482 alunos entrevistados, 40,5% (2217) admitiram ter tido algum tipo de envolvimento direto na prática do *bullying* no ano de 2002, seja como alvo do *bullying* e/ou como seus autores (LOPES NETO; SAAVEDRA, 2003).

Tudo começa com “brincadeiras” de aparência até “inocente” que acabam por comprometer a autoestima da pessoa, chegando até mesmo a casos de suicídios e homicídios. O *bullying* pode assumir muitas formas, desde boatos e fofocas, até perseguição por emails ou torpedos, em sites de chat ou mesmo violência física (ROONEY, 2010), envolvendo atitudes mal intencionadas que visam a rebaixar a pessoa e, ao mesmo tempo, a conceder poder ao praticante, seja por meio de um apelido, seja com piadas de mau gosto que derivem da dificuldade de aprendizagem, seja pela zombaria de modos de expressão oral fora do padrão tradicional ou de diferenças físicas, de raça ou crenças, que acabam comprometendo a harmonia da vida em sociedade.

Este capítulo faz, portanto, uma investigação documental, voltando-se para a análise de algumas reportagens da revista **Veja** e **Nova Escola** à luz da literatura técnica sobre *bullying*. Essas revistas foram escolhidas devido a sua grande difusão no país e suas constantes referências ao fenômeno social sob estudo.

A revista **Veja** é uma revista brasileira, publicada pela editora Abril, criada em 1968 pelos jornalistas Victor Civita e Mino Carta. Sua distribuição se dá todas as quartas-feiras. Os temas abordados são tanto de abrangência nacional como internacional, pois a revista trata frequentemente de questões políticas, econômicas e culturais, cobrindo eventualmente assuntos da área da tecnologia, ciência, ecologia e religião. Com uma tiragem superior a um milhão de cópias, principalmente por meio de assinaturas, a **Veja** é a revista de maior circulação nacional.

A revista **Nova Escola** é publicada desde março de 1986, contando com apoio institucional do governo federal, que permite sua venda a baixo preço e distribuição para a rede escolar. Até o ano de 1996, publicavam-se nove exemplares por ano. A partir de 1997, porém, passaram a ser dez edições anuais. Seus artigos tendem a privilegiar certas posições pedagógicas. A metodologia deste capítulo consistiu na coleta e seleção de artigos dessas revistas para sua posterior análise e cotejo com a literatura especializada sobre *bullying*. Ao se fazer isso, o foco principal recaiu sobre experiências familiares bem-sucedidas para coibir e eliminar o *bullying*.

O BULLYING

O fenômeno do *bullying* tem sido muito debatido nos mais diversos contextos da sociedade mundial (RAUM, 2008; ROSENTHAL, 2008; KOWASLKI; LIMBER; AGATSTON, 2008; HINDUJA, PATCHIN, 2009; PIEHL, 2009; ROONEY, 2010; FRIEDMAN, 2011). Fante (2005, p. 28-29) caracteriza o *bullying* como um conjunto de ações agressivas repetidas sem motivação, cuja finalidade é causar dor, angústia e sofrimento, ridicularizando, excluindo e causando traumas psíquicos em suas vítimas. Por ser uma violência oculta, a vítima, na maioria das vezes permanece calada, apresentando mudanças drásticas de comportamento tanto no processo de aprendizagem como na socialização, muitas vezes carregando seus traumas pelo resto da vida.

A palavra *bullying* vem de origem inglesa, sendo adotada em muitos países para definir o desejo consciente e deliberado de maltratar outra pessoa e colocá-la sob tensão; termo que conceitua os comportamentos agressivos e antissociais, utilizado pela literatura psicológica anglo-saxônica nos estudos sobre o problema da violência escolar. (FANTE, 2005, p. 27). Etimologicamente *bully* deriva de uma palavra do inglês arcaico que significa “rufião”.

O *bullying* pode ser o caminho para o crime e outras formas de violência, gerando pessoas estressadas, ansiosas, com baixa autoestima, diminuindo a capacidade de autoafirmação e autoaceitação, além de desencadear enfermidades psicossomáticas e transtornos mentais. (FANTE, 2005, p. 9). Apesar de o *bullying* ser um fenômeno muito antigo, foi a partir de 1970, na Suécia, que intensificaram os estudos sobre o assunto. Em 1982, na Noruega, a mídia divulgou um fato que mobilizou a população: o suicídio de três crianças, vítimas de maus tratos pelos companheiros da escola em que frequentavam. No ano seguinte, o governo norueguês iniciava uma campanha nacional contra o *bullying*, envolvendo ativamente pais e professores, conseguindo diminuir em 50% os incidentes. Essa campanha incentivou outros países a agirem da mesma forma. (FANTE, 2005, p. 45).

No ano 2000, Cleo Fante inicia um estudo pioneiro sobre *bullying* no Brasil, objetivando conscientizar a sociedade sobre a gravidade do fenômeno. Desprovida de incentivos financeiros, apenas com recursos próprios e de voluntários, consegue envolver

uma pequena parte da população escolar em sua pesquisa, constatando a restrita conscientização da realidade do *bullying* nos meios educacionais brasileiros e o quanto os profissionais da área são despreparados para lidarem com a violência disfarçada. Pesquisando algumas escolas, em especial as particulares, Fante (2005, p. 50) pode perceber que a realidade sofre intensa camuflagem, pois seus representantes, na maioria das vezes, negam a prática do *bullying* dentro do espaço escolar, contrariamente ao que indica a pesquisa direcionada aos alunos.

Após comprovar a expansão do *bullying* e suas terríveis consequências, Fante utiliza sua vasta experiência em sala de aula e suas inúmeras pesquisas educacionais sobre o assunto para lançar o programa “Educar para a Paz”, que consiste num conjunto de estratégias fundamentadas na solidariedade, tolerância e respeito às diferenças. Este programa visa prevenir o *bullying* e, ao mesmo tempo, devolver a paz tão almejada pelos alunos vítimas do fenômeno. Nesse projeto, alguns grupos de alunos agem como verdadeiros “anjos da guarda” em prol daqueles que apresentam dificuldades de relacionamento. Os pais também participam do programa, auxiliando nas recreações e discutindo estratégias para a solução dos problemas das classes envolvidas. O Programa Educar para a Paz vem sendo implantado em inúmeras escolas de todo o país, por ser de fácil adaptação à realidade escolar e por apresentar resultados, mesmo no curto espaço de tempo desde sua implantação. (FANTE, 2005, p. 94-154).

Moreira e Moreira (2011, p. 23-32) acreditam que o principal desafio da educação seria a busca da qualidade no ensino, propiciando ao cidadão a capacidade de sair do anonimato e partir para a condição de protagonista de seu destino. No entanto, com tantas adversidades no meio escolar esse foco acaba se perdendo. As famílias, muitas vezes, não têm cumprido devidamente o seu papel, deixando a maior parte da responsabilidade educativa para a escola. Entretanto, a família é responsável pela formação do caráter de suas crianças. De fato, a formação de um bom caráter só é possível quando a família está sintonizada na educação dos filhos.

Há muito tempo, White (1996, p. 19-28) alertou sobre a importância da educação dentro do lar. Para ela, a educação começa com o bebê no colo da mãe. Cada palavra e cada ato vivenciado vão moldando e formando o caráter da criança. Segundo a autora, a educação não compreende somente a escola, vai do berço à infância, da infância à juventude e da juventude à maturidade. White instrui os pais a trabalharem a bondade e a paciência desde os mais tenros anos de idade, ensinando os filhos a pensar em seus semelhantes, animando e ajudando os companheiros necessitados, demonstrando bondade aos infelizes, pois quanto mais o espírito de verdadeiro serviço penetrar no lar, mais ele se desenvolverá nos filhos.

Embora hoje a família tenha sofrido algumas inversões de papéis, é primordial que, dentro dela, sejam cultivados amor, carinho, respeito e compreensão pelas diferenças. Pequenas atitudes presentes na família, como a organização das atividades domésticas

e o diálogo em família contribuem para a aquisição de valores. Moreira e Moreira (2011, p. 14-32) também observam que, devido às constantes mudanças em nossa sociedade, o tempo disponível para com a família tem se tornado escasso. Hoje, muitos lares padecem de fome, não fome de alimento, mas fome de estímulos, de reconhecimento, de valorização, cabendo à família buscar meios para suprir essa fome. Pequenas atitudes, como o diálogo construtivo, exemplos de integridade, de compaixão e a organização das atividades domésticas em conjunto contribuem para a aquisição de valores. A simples limpeza da casa, quando feita em conjunto e com disposição, divisão de papéis e valorização do outro, é uma forma de se trabalhar o respeito e a cooperação dentro do lar, pois a ética, o respeito e a compreensão da importância e do valor de cada ser humano devem começar dentro de casa. Quando a família cumpre o seu papel, isso possibilita que a escola também cumpra o dela, que é o de potencializar a inteligência dos que a frequentam. Para Moreira e Moreira (2011), as crianças e os jovens perderam seus limites e se tornaram mais expressivos, ditando regras e desrespeitando até mesmo os próprios pais. Os pais, por sua vez, também acabam por desrespeitar os filhos. Isso resulta em uma sociedade sem regras, em que o *bullying* seria apenas um dos reflexos disso.

O BULLYING E FAMÍLIA

A revista **Veja** publicou uma entrevista com a escritora americana, especialista em *bullying*, Rosalind Wiseman (*apud* WEINBERG, 2012, p. 17). Segundo ela, muitas das crianças que praticam agressão e humilhação aos companheiros na escola são acobertadas pelos pais. Wiseman foi professora de defesa pessoal para garotas em Washington, impressionando-se com o relato de abusos físicos e psicológicos sofridos por suas alunas na escola que frequentavam. Por isso, aprofundou-se no assunto, tornando-se uma especialista em *bullying*. Em 2002, escreveu o livro **Abelhas-rainhas e aspirantes**, uma orientação aos pais, professores e alunos sobre como lidar com o *bullying*. Este livro tornou-se um best-seller instantâneo, servindo de base para o filme **Meninas malvadas**.

Segundo Wiseman (*apud* WEINBERG, 2012, p. 17), os conflitos como forma de demarcar território sempre existiram; porém, certas feições da sociedade em que vivemos conferem ao *bullying* aspectos particularmente bárbaros, tornando-o mais difícil de ser controlado. A mudança fundamental está na internet, veículo através do qual a presente geração mantém uma intensa relação com os outros. É na internet que constroem sua identidade e fazem novas amizades. Entretanto, a internet os torna alvo de vexames que são difundidos em questão de horas para a escola toda.

As escolas acabam por achar que os problemas ligados à internet não lhe dizem respeito, já que os incidentes não acontecem propriamente dentro de seus muros. As autoridades escolares ainda não têm a percepção de que a internet conseguiu demolir os limites que antes separavam a escola da casa. Sem a interferência da escola, os agressores

acabam encontrando o caminho livre e dão vazão aos seus comportamentos inadequados, intimidando as vítimas que passam, portanto, a odiar a escola e a se negar a frequentá-la em razão de não se sentirem seguros.

Para Wiseman (*apud* WEINBERG, 2012, p. 17), a necessidade de adoção de regras de convivência e de seu cumprimento dentro das escolas é urgente, sendo imprescindível tirar o poder de comando das mãos dos jovens, restaurando as antigas hierarquias. Essas mudanças deveriam iniciar dentro da própria casa, de modo que os pais não mais se façam de cegos e passem a enxergar que suas atitudes de não contrariar os filhos e dar-lhes apoio incondicional acabam levando-os a praticar a tirania. Ao apoiá-los, mesmo estando errados, os pais acabam se tornando seus cúmplices.

Observando as famílias dos praticantes de *bullying*, Wiseman (*apud* WEINBERG, 2012, p. 17) descobriu um modelo comum à maior parte. Normalmente, eles vêm de famílias em que os pais também não sabem conviver com as diferenças. Estes supervalorizam aparências físicas e psicológicas integralmente acolhidas pela população em geral e desprezam quem foge a elas.

Um artigo publicado pelo professor Ron Clark a pedido da rede de TV CNN descreve o cenário conflituoso entre pais e professores. Tendo como título “O que os professores realmente querem dizer aos pais”, foi o segundo artigo mais compartilhado, em 2011, pelos usuários americanos do *Facebook* (GOULART, 2011). Clark acredita que hoje os pais estão sobrecarregando demais as escolas com a educação dos filhos, algumas vezes por causa de sua imaturidade e despreparo para a criação e educação dos filhos; outras, pelo bom desempenho profissional que acaba lhes roubando o tempo que poderia ser gasto com os filhos. A responsabilidade da educação acaba ficando, na maior parte, para a escola, tudo isso sem dar autonomia a ela, pois eles querem que as regras sejam ditadas pelos próprios filhos e da forma que melhor lhes convém (GOULART, 2011).

Ao ser questionado sobre o *bullying*, Clark responde que o trabalho deve ser em conjunto, pois, quando o fato se dá na escola, o professor tem a responsabilidade de intervir. Muitas vezes, porém, acaba não intervindo para evitar problemas com os pais que sempre inocentam os filhos, fazendo-os de vítima e se eximindo da responsabilidade. Em vez disso, as duas partes deveriam trabalhar em conjunto. Os pais precisam da escola e a escola precisa do apoio da família para realizar um bom trabalho (GOULART, 2011).

Kuczynski (*apud* FRANÇA, 2012) diz que os pais são os responsáveis por impor regras e limites aos filhos e que a escola deveria cuidar apenas da formação acadêmica da criança. Segundo essa psicoterapeuta, as famílias acabaram terceirizando a criação dos filhos, gerando mudanças na sociedade atual pela falta de algo primordial, o diálogo entre pais e filhos, que acabou diminuindo com a dificuldade em conciliar carreira e família. Com sua ausência, os pais muitas vezes acabam fazendo, no pouco tempo que lhes resta com o filho, tudo aquilo que a criança deseja, como forma de compensar o tempo que não podem passar juntos, gratificando-o em demasia, de forma que, para ele, ser feliz é sempre estar

com o poder do comando em suas mãos. Santos (*apud* FRANÇA, 2012) diz que crianças que vieram a ser impulsivas, normalmente são aquelas que não aprenderam a ter tolerância diante das contrariedades porque foram excessivamente gratificadas sem méritos.

Não se pode responsabilizar totalmente a família pelo que acontece de ruim dentro da sociedade moderna, mas é preciso compreender a família como instância referencial de socialização da criança. Neste sentido, Ferrari e Kaloustian (2004, p. 13), acreditam que a família é o principal espaço para a socialização, no qual os filhos aprendem a tolerância, a divisão de responsabilidade e o senso de igualdade entre os seres humanos.

Chinoy (2008) define família como uma instituição formada por pais, filhos ou outras pessoas com laços sanguíneos independentemente se moram ou não na mesma casa. Aranha (2002) ressalta que a família é responsável pelos aprendizados das crianças desde a mais tenra idade, já que os seres humanos vivem em constante processo de aprendizagem. Esses aprendizados muitas vezes acontecem de forma involuntária, através dos atos vivenciados no dia a dia. Dessa forma, a criança vai definindo o tipo de vocabulário que usa, os alimentos que come e suas próprias noções de regras e valores. Nesse contexto, é possível dizer que a educação recebida da família servirá de base e sustentação para as relações interpessoais que o indivíduo virá a ter ao longo de sua vida. Os costumes familiares influenciam, portanto, no comportamento e conduta dos seres humanos (ARANHA, 2002, p. 61).

Diversos especialistas em educação concordam que a falta de limites e as mudanças significativas na estrutura familiar sejam algumas das causas do mau comportamento de crianças e adolescentes na atual geração. Segundo a psicopedagoga Edimara de Lima (*apud* MAIA, 2011), diretora pedagógica da Prima-Escola Montessori de São Paulo, no início do século XX, as relações familiares eram regidas de forma diferente, pois os pais comandavam os filhos, bastando um olhar para o entendimento. Hoje, se preocupam demasiadamente em não contrariar os filhos, como se fosse possível torná-los felizes o tempo todo. Essas mudanças acabaram fazendo com que as crianças se transformassem em adultos despreparados, pois é através das vitórias sobre as adversidades que os seres humanos se constroem e se tornam aptos a enfrentar as dificuldades. Paula Cantos (*apud* MAIA, 2011), coordenadora e psicóloga do colégio Graphein, acredita que é na infância e adolescência que se constrói o “eu”, havendo justamente nessa fase grande necessidade do suporte dos pais e da escola. Caso não haja essa sustentação, é possível que a criança não adquira a capacidade de lidar com o mundo a sua volta. Portanto, os pais devem transmitir regras aos filhos e estar em constante observação quanto a qualquer envolvimento com *bullying*, estabelecendo diálogos sobre a vivência escolar. (MAIA, 2011)

Em uma entrevista para o jornal **A Cidade**, José Norberto Callegari Lopes, que já foi vice-diretor da faculdade de filosofia da USP, sendo entrevistado por Pellissari (2011), diz acreditar que o *bullying* é consequência da desestruturação familiar presente na sociedade moderna e da educação tolerante demais. Segundo ele, os papéis se inverteram, e hoje

os professores têm até medo de entrar em sala de aula. Para Lopes (*apud* PELLISSARI, 2011), as adversidades sempre existiram; porém, existia o respeito. Hoje, os estudantes perderam o limite na escola e, antes disso, perderam o limite dentro da própria casa. No passado, a criança com mal comportamento na escola era repreendida em casa. Hoje, o pai não se importa com a educação do filho, fugindo das reuniões em que é solicitada a sua presença. Quando participa, diz não ter domínio sobre os próprios filhos. A escola perdeu o valor para a família, e a maioria dos pais não questiona mais os filhos quando chegam em casa sobre como foi o dia. Cada um toma conta de si. A criança que não tem limite em casa também não o tem na escola e esta falta de limites vai crescendo com o aumento da idade. Na escola primária, por volta dos seis anos, ainda é possível haver um relacionamento harmonioso entre alunos e entre eles e seus professores, mas querer impor regras e conter um adolescente de 13 e 14 anos já não é mais possível. Quando a criança se torna incontrolável, recorre-se ao conselho tutelar, mas aí a violência já aconteceu. A violência se tornou comum no dia a dia. Ao ligar a televisão, os pais já colocam os filhos em contato com a violência, apresentando-lhes estratégias de como aplicá-la (PELLISSARI, 2011).

Segundo Lopes (*apud* PELLISSARI, 2011), a omissão dos pais com relação à educação dos filhos é cada vez maior, o que tem aumentado o desrespeito e dificultado o trabalho da escola e aumentado a violência escolar. Para ele o praticante de *bullying* é aquela criança que cresceu sem noções de regras e limites, ouvindo a famosa frase: “se você apanhou tem que revidar”. Ao aconselhar o filho dessa forma, os pais acabam construindo seres humanos violentos (PELLISSARI, 2011).

A revista **Nova escola** publicou uma matéria relatando um estudo feito pelo Convênio Andrés Bello (acordo que reúne doze países das Américas), chamado “A Eficácia Escolar Ibero-Americana”, de 2006. Esse estudo estimou que a família tem 70% de responsabilidade sobre o sucesso escolar da criança, pois o envolvimento da família na educação da criança oferece suporte afetivo e emocional, sendo de extrema importância a formação de uma parceria saudável entre escola e família. O papel dos pais é o de estimular os filhos, mostrando interesse em seu aprendizado, incentivando a leitura e a pesquisa, enquanto a escola é responsável por ensinar os conteúdos. No que se refere a comportamento e bons modos, deve haver uma intensa interação entre escola e família para que, em conjunto, possam buscar possíveis soluções para os problemas que agora existem (HEIDRICH, 2009, p. 31).

O BULLYING E O PRECONCEITO LINGUÍSTICO

Como vimos na seção anterior, grande parte dos preconceitos vivenciados na escola se desenvolve dentro do lar. Por isso, o seio familiar é o lugar mais propício para rever conceitos relacionados à aceitação, cooperação e respeito às diferenças. Atitudes conscientes formadas dentro da família irão nortear a criança pelo resto da vida, cabendo à escola reforçar a educação vinda do lar. Mas um preconceito em especial deveria ser revisto dentro das escolas especificamente nas aulas de Língua Portuguesa: o preconceito linguístico, que, entre outros já existentes no Brasil, está voltado ao fator social, o qual separa classes sociais, condenando ou prestigiando falantes da língua portuguesa. Através dos Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa (PCN) (BRASIL, 1998, p. 31), documento norteador da educação no Brasil, percebemos que o importante não é falar certo ou não, mas saber utilizar a fala dentro dos mais diversos contextos da comunicação. As instituições oficiais encarregadas de planejar a educação em nosso país reconhecem que a realidade linguística brasileira é composta pela diversidade. A variação é inerente às línguas humanas, pois ela sempre existiu. Assim quando se fala em língua portuguesa, está se falando de uma unidade, com inúmeras variedades. Não é, pois, justo menosprezar a fala dos diferentes grupos da sociedade, pois constituem elementos fundamentais de identidade cultural da comunidade e dos indivíduos. Denegrir essa riqueza equivale a condenar seres humanos que fogem à norma padrão como se fossem menos inteligentes (BRASIL, 1998, p. 31).

Fante (2005, p. 28-29) caracteriza o *bullying* como um conjunto de ações agressivas repetidas sem motivação, cuja finalidade seja causar dor, angústia e sofrimento, ridicularizando, excluindo e causando traumas psíquicos em suas vítimas. Podemos acreditar que o preconceito linguístico também é uma forma de *bullying* presente em nossa sociedade, já que vivemos em um país com dialetos variados onde cada criança traz consigo para a escola uma fala peculiar, de seu estado, região, cidade ou até mesmo zona rural ou urbana. A escola acaba se tornando o lugar de confronto entre essas realidades tão diferenciadas. É possível perceber o quanto ela favorece os mais privilegiados economicamente, que chegam trazendo consigo um linguajar coerente com a norma padrão, acontecendo o oposto com aqueles que, além de serem desfavorecidos economicamente, possuem um vocabulário diferente daquele privilegiado pela sociedade. As crianças de famílias humildes, principalmente as vindas da zona rural, na maioria das vezes, possuem um linguajar diferenciado e, ao serem corrigidas pelos professores, acabam chamando a atenção de alunos mal-intencionados, se transformando em vítimas de brincadeiras de mau gosto, ou seja, o *bullying*.

De acordo com Bagno (1999, p. 16),

Ora, a verdade é que no Brasil, embora a língua falada pela grande maioria da população seja o português, esse português apresenta um *alto grau de diversidade e de variabilidade*, não só por causa da grande extensão territorial do país - que gera as diferenças regionais, bastante conhecidas e também vítimas, algumas delas, de muito preconceito -, mas principalmente por causa da trágica injustiça social que faz do Brasil o segundo país com a pior distribuição de renda em todo o mundo. São essas graves diferenças de *status* sociais que explicam a existência, em nosso país, de um verdadeiro abismo linguístico entre os falantes das variedades não-padrão do português brasileiro - que são a maioria de nossa população - e os falantes da (suposta) variedade culta, em geral mal definida, que é a língua ensinada na escola.

A forma de falar dos alunos deve ser sempre valorizada e respeitada, pois, caso isso não aconteça, é possível que eles se sintam excluídos e inferiores aos demais. O objetivo de cada educador deve ser o de oferecer um ensino de qualidade a todos os alunos, principalmente àqueles que vêm de classe social menos favorecida, lutando pela igualdade dentro da escola, para que juntos possam interagir positivamente com o mundo, acreditando na educação, conscientes de que as aulas de língua portuguesa podem contribuir para a efetivação desse ideal.

Segundo o PCN (BRASIL, 1998, p. 30),

Tomar a língua escrita e o que se tem chamado de língua padrão como objetos privilegiados de ensino-aprendizagem na escola se justifica, na medida em que não faz sentido propor aos alunos que aprendam o que já sabem. Afinal, a aula deve ser o espaço privilegiado de desenvolvimento de capacidade intelectual e linguística dos alunos, oferecendo-lhes condições de desenvolvimento de sua competência discursiva. Isso significa aprender a manipular textos escritos variados e adequar o registro oral às situações interlocutivas, o que, em certas circunstâncias, implica usar padrões mais próximos da escrita.

Segundo Bagno (2001, p. 36), nas escolas e na sociedade, prevalece o domínio da gramática normativa e, muitas vezes a forma de se transmitir essa gramática acaba gerando o preconceito linguístico. É fundamental que o educador abra espaço para que o preconceito linguístico possa ser tratado de maneira mais aberta. Para isso pode conduzir um estudo sobre como nós brasileiros apreendemos e atuamos com a vasta diversidade cultural existente em nosso país.

Segundo Neves (2003, p. 24 e 25), antes de frequentar a escola, a criança domina a fala presente em seu grupo social, que nem sempre é próxima à norma padrão, e quanto mais seu grupo for desfavorecido em termos de letramento mais desfavorecido será seu desempenho escolar. Uma aluna de quatorze anos relatou não aguentar mais as humilhações e zombarias, vindas dos colegas de sala, o que acabou lhe causando um quadro depressivo, vindo mais tarde a abandonar a escola, tudo porque “não sabia falar direito” (FANTE, 2005, p. 33).

É imprescindível que os professores assumam uma postura que venha a contribuir para combater esse preconceito causador de *bullying* e que é uma violência grave contra

o ser humano, devendo discutir os valores sociais conferidos às variantes linguísticas, apontando aos seus alunos essas variações, preparando-os, tanto para a oralidade quanto para a escrita, capacitando-os a enfrentar cada situação que exija o uso da norma padrão, mas sem menosprezar ou humilhar aqueles que fogem a ela.

CONCLUSÃO

Este capítulo mostrou que a instrução familiar provida de princípios éticos e morais é a base sobre a qual se constrói a verdadeira educação. Analisando-se o *bullying* no contexto familiar e escolar, além de problematizá-lo nas relações entre ambos, nota-se que, através de estudo e mudanças nesses setores, poderemos amenizar esse problema. Os valores devem ser adquiridos na infância, pois, depois de formado, é mais difícil reformar o caráter. Sem caráter, a criança cresce propensa à prática do *bullying*. Portanto, a família está ligada a este fenômeno, porém não unicamente, já que a escola muitas vezes não cumpre o seu dever de impor regras e propiciar um ambiente de paz para um bom aprendizado.

Quanto ao *bullying* proveniente do preconceito linguístico, as medidas de prevenção e contenção devem ser revistas dentro das escolas, em especial nas aulas de língua portuguesa, a começar por uma nova maneira de se aprender a norma padrão, sem menosprezar ou julgar inferior aqueles que trazem consigo dialetos diferenciados, resultantes de se morar em um país com grande variedade cultural e intensa estratificação social. Desvalorizar essa riqueza é abrir as portas para o preconceito e, conseqüentemente, para o *bullying*.

O *bullying* não é conflito, mas vitimização. As pesquisas indicam que as crianças que o praticam são mais propensas a se envolver em brigas, roubos, vandalismo, bebedeiras, abuso de substâncias tóxicas, uso de armas de fogo e abandono da escola (NANSEL *et al.*, 2003). Ao mesmo tempo, as crianças que sofrem *bullying* têm mais propensão para a depressão, solidão, ansiedade, baixa autoestima, enxaqueca, pensamentos suicidas, baixo desempenho escolar e estresse (LIMBER, 2012). Por todas essas razões, é do interesse tanto de pais quanto de educadores que se minimize a ocorrência de qualquer tipo de vitimização em sala de aula, mesmo que esta seja oriunda de algo aparentemente tão inofensivo quanto uma simples anedota acerca da forma como determinado discente fala.

REFERÊNCIAS

ARANHA, M. F. Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiência. **Revista do Ministério Público do Trabalho**, v. 11, n. 21, p. 160-173, 2002.

BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico**: o que é, como se faz. São Paulo: Loyola, 1999.

BAGNO, Marcos. **Dramática da língua portuguesa**: tradição gramatical, mídia & exclusão social. São Paulo: Loyola, 2001.

BRASIL, MEC. **Parâmetros curriculares nacionais**. Língua portuguesa. Secretaria da Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CHINOY, E. **Sociedade**: uma introdução à sociologia. 20. ed. São Paulo: Pensamento-Cultrix, 2008.

FANTE, Cleo. **Fenômeno bullying**. Campinas SP: Verus, 2005.

FERRARI, Mario; KALOUSTIAN, Silvio Manoug. A importância da família. *In*: KALOUSTIAN, Silvio Manoug (Org.). **Família brasileira**: a base de tudo. 6. ed. São Paulo: Cortez; Brasília: UNICEF, 2004.

FRANÇA, Marcela. *Bullying*: o papel da família. **Filhos e Cia.**, 27 set. 2012.

FRIEDMAN, Lauri S. **Bullying**. Farmington Hills, MI: Greenhaven, 2011.

GOULART, Nathalia. Professores são educadores, não babás. **Revista Veja**, 9 dez. 2011. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/noticia/educacao/pais-e-professores>. Acesso em: 18 nov. 2022.

HEIDRICH, Gustavo. A escola da família. **Revista Nova Escola**, v. 3, ago./set. 2009.

HINDUJA, Sameer; PATCHIN, Justin W. **Bullying beyond the schoolyard**: preventing and responding to *cyberbullying*. Thousand Oaks, CA: Corwin, 2009.

KOWASLKI, Robin M.; LIMBER, Sue; AGATSTON, Patricia W. **Cyber bullying**. Malden, MA: Blackwell, 2008.

LIMBER, S. P. *Bullying among children and youth*. **Proceedings of the Educational Forum on Adolescent Health**: youth *bullying*. Chicago: American Medical Association, 2002.

LOPES NETO, Aramis; SAAVEDRA, Lúcia Helena. **Diga não ao bullying**. Rio de Janeiro: ABRAPIA, 2003.

MAIA, Maria. As escolas encaram o *bullying*. **Revista Veja**, 13 jun. 2011.

MOREIRA, M. Eliete; MOREIRA, Dirceu. **Bullying**: a inversão de valores. Florianópolis: Ceitec, 2011.

NANSEL, T. R. *et al.* Bullying behaviors among U.S. youth: prevalence and association with psychosocial adjustment. **Journal of the American Medical Association**, n. 285, p. 2094-2100, 2001.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Que gramática ensinar na escola?** São Paulo: Contexto, 2003.

PELLISSARI, Hélio. Especialista diz que *bullying* tem relação com falta de limites na família. **A Cidade**, 09 abr. 2011.

PIEHL, Norah. **Bullying**. Detroit: Greenhaven, 2009.

RAUM, Elizabeth. **Tough topics**: *bullying*. Chicago, IL: Heinemann, 2008.

ROONEY, Anne. **FAQ**: *bullying*. Mankato, Minn: Arcturus, 2010.

ROSENTHAL, Beth. **Bullying**: introducing issues with opposing viewpoints. Detroit: Greenhaven, 2008.

WEINBERG, Monica. O pior é que os pais são cúmplices. **Revista Veja**, v. 45, n. 9, 29 fev. 2012, p. 17-21.

WHITE, Ellen. **Orientação da criança**. 8. ed. Tatuí: CPB, 1996.